

A Importância de Portugal na Independência Energética e Dilema de Segurança da União Europeia

Ricardo Silvestre

Doutorado, International Officer do think tank Movimento Liberal Social.

Resumo

A interdependência económica pode aprofundar relações económicas quando existem ganhos recíprocos. No entanto, uma assimetria na interdependência causa problemas para a defesa dos Estados, criando um dilema de segurança e o assumir de posições de realismo ofensivo ou defensivo. Este dilema, normalmente inserido na perspetiva de integridade territorial e soberania também se aplica no quadro das relações internacionais. Um dos propósitos da política energética da União Europeia é assegurar a segurança do aprovisionamento energético da União. Para o continente europeu, a Rússia não só continuará a ser um dos principais fornecedores de gás natural, como inclusive tem alargado a sua rede de abastecimento, tanto a norte como a sul da Europa. Para a União Europeia diversificar o seu *mix* energético, uma aposta natural é o gás natural liquefeito. Portugal pode desempenhar um papel fundamental nesse processo ao estar geograficamente numa posição privilegiada podendo garantir a diversificação e independência energética, e com isso atenuar o dilema de segurança.

Palavras-chave: Interdependência económica; dilema de segurança; União Europeia; Federação Russa; Portugal; Gás Natural Liquefeito.

Abstract

The Importance of Portugal in Energy Independence and Security Dilemma of the European Union

Economic interdependence can increase economic relations. However, an asymmetry in the interdependence can cause a problem for the defense of the state, creating a security dilemma and actions of offensive or defensive realism. This dilemma, normally viewed in the perspective of territorial integrity and sovereignty also applies in the framework of international relations. One of the purposes of the European Union's energy policy is to ensure the security of the energy supply. For the European continent, Russia will not only continue to be one of the main suppliers of natural gas, but Moscow as even expanded its supply network, both to the north and south of Europe. For the European Union to diversify its energy mix liquefied natural gas it's a good solution. Portugal can play a fundamental role in this process by being in geographically privileged position, and with that guarantee the diversification and energy independence of the European Union, mitigating the security dilemma.

Keywords: *Economic interdependence; security dilemma; European Union; Russian Federation; Portugal; Liquefied natural gas.*

Artigo recebido: 25.01.2021

Aprovado: 06.02.2021

<https://doi.org/10.47906/ND2021.158.01>

Introdução

Dois dos propósitos da política energética da União Europeia, como referidos no Artigo 194.º do Tratado de Lisboa,¹ são de “a) Assegurar o funcionamento do mercado da energia, [e], b) Assegurar a segurança do aprovisionamento energético da União” (Assembleia da República, 2007). Este princípio relaciona-se com o acesso a mercados energéticos, a necessidade de crescimento económico, o funcionamento regular da indústria e a garantia do conforto dos cidadãos no seu dia-a-dia.² O bom funcionamento dos mercados energéticos europeus, e nos países que fazem parte da União Europeia, depende da solidariedade entre Estados, no que se trata de soluções de abastecimento, do trânsito da energia entre pontos de receção e de consumo e na partilha de reservas. Porém, depende particularmente de quais os fornecedores externos, e em particular, no que se refere ao gás natural, o facto de esse ser a Federação Russa. Apesar da União Europeia ser o principal cliente do gigante a oriente, a Rússia já mostrou não ser um parceiro comercial fiável. De facto, a história atesta que Moscovo pode, a qualquer momento, dar ordens às empresas que estão sobre controlo do Estado para diminuir, ou cortar, o trânsito de gás para os países da Europa de leste, e com isso também para o resto do continente. Isto é particularmente importante quando onze dos Estados-membros têm uma relação direta, ou indireta, com fornecimento de gás natural vindo de leste da União: Bulgária; República Checa; Estónia; Lituânia; Hungria; Áustria; Polónia; Roménia; Eslovénia; Eslováquia e Finlândia. Estes países são responsáveis pela importação de mais de 75% do gás que a Rússia envia para a União Europeia (Ellyatt, 2019). O conceito de interdependência económica entre Estados defende que um aprofundar de relações económicas acontece quando existem ganhos recíprocos. No entanto, uma assimetria na interdependência causa problemas para a defesa do Estado, criando um dilema de segurança, dependendo também de qual a postura por parte dos Estados, que pode ser ofensiva ou defensiva. Na postura ofensiva, também caracterizada por realismo ofensivo, um Estado mais poderoso procura ganhar vantagem sobre outros, evitando ao mesmo tempo que estes possam ganhar poder às suas custas, um cenário de soma-zero. Inclusive, um dos objetivos do realismo ofensivo pode ser o ganho de hegemonia numa esfera de influência. Porém, o contrário também se aplica. Uma menor dependência de um único fornecedor, ou de um fornecedor maioritário, coloca um Estado, ou uma união de Estados no caso da União Europeia, com maior capacidade negocial, equilibrando

1 Como se pode encontrar no texto da versão consolidada.

2 Para uma reflexão sobre a importância da questão energética ver “O Gás Natural nos Confrontos da Geopolítica Global” de Eduardo Caetano Sousa nesta revista no N.º 153, agosto de 2019.

a balança de poder entre potências. Porém, a Rússia continuará, previsivelmente, a ser o principal fornecedor de gás natural para a Europa. Para além disso, tem alargado a sua rede de abastecimento, tanto a norte como a sul da Europa. Para a União Europeia diversificar o seu *mix* energético, e assim aumentar a independência energética, uma aposta natural é o gás natural liquefeito.³ Não só este mercado está em clara ascensão, como, e não menos importante, um dos principais fornecedores, os Estados Unidos são um aliado histórico da Europa e da União Europeia, com ligações militares que visam garantir a segurança da ordem mundial através da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). É neste cenário que Portugal pode desempenhar um papel fundamental, como um membro em pleno direito destas organizações, mas também por, geograficamente, estar numa posição privilegiada para garantir a diversificação, e independência energética e com isso atenuar o dilema de segurança da União Europeia *vis-à-vis* a Federação Russa.

Este trabalho deseja acrescentar um contributo para uma análise contemporânea de questões relacionadas com o dilema de segurança, que não só de natureza militar, mas de ordem política e económica, e quais as condições que possibilitam um Estado como a Federação Russa assumir um realismo ofensivo. Igualmente, pretende-se teorizar qual a possibilidade da manutenção de um *statu quo* entre potências mundiais, no que se trata de segurança energética, como é o caso da Rússia, União Europeia e Estados Unidos.

O realismo ofensivo e o dilema de segurança

Desde Adam Smith que se defende que existem efeitos positivos da interdependência económica (Graafland e Wells, 2020). Teoricamente, este tipo de interdependência leva os governantes a evitar conflitos militares pelo receio da perda de capitais estrangeiros. No entanto, existe o risco de uma das partes assumir uma postura conflituosa, causando um aumento da instabilidade e assim a competição pela garantia de segurança e autonomia (Polachek, 1980). Já nas teorias marxistas e neomarxistas, a interdependência é vista como uma fonte de conflitos entre Estados, uma vez que podem ser criadas assimetrias de poder, com a exploração dos

3 Existe um mercado energético secundário em franco desenvolvimento que são as energias renováveis. Este mercado está em crescimento tanto pela procura pelos consumidores, como por orientações da Comissão Europeia. Para saber mais sobre este tema ver os relatórios da Comissão e a proposta de um *European Green Deal*, disponível em: https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Renewable_energy_statistics; https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/european-green-deal_en. Porém, este trabalho incide sobre gás natural, e em específico, gás natural liquefeito.

economicamente mais fracos ou com menos recursos naturais. Isto causa um atraso no crescimento dos fracos enquanto aumenta o poderio econômico e força negocial dos fortes (Lenine, 1916). Por sua vez, os realistas defendem que os interesses econômicos estão sempre subordinados a questões militares e de segurança, e que o cálculo que é feito pelos governantes, numa relação direta com decisores militares, é pouco influenciado pela questão de existir, ou não, interdependência econômica (Buzan, 1984).

Num sistema internacional que se caracteriza como anárquico, os Estados tendem a assumir uma posição de isolamento e vulnerabilidade, a que se associa a desconfiança para com as ações de outros Estados. Estas preocupações reforçam a falta de confiança entre Estados, no que se trata de garantir a sobrevivência dos mesmos.⁴ Isso causa processos de autopreservação, sendo um deles a obtenção de poder, que pode ser absoluto, ou relativo, assim como o assumir uma postura ofensiva ou defensiva (Jervis, 1978). Da forma como o sistema internacional está organizado, grandes potências recorrem a ações ofensivas de maneira a assegurar a sua segurança (Jervis, 1978). Segundo John Mearsheimer, uma postura ofensiva num sistema realista, que, naturalmente, se denomina como realismo ofensivo, caracteriza-se por ser parte de um sistema anárquico com Estados independentes e sem uma autoridade central, onde existe a capacidade militar para ações ofensivas, os Estados não têm forma de saber quais as reais intenções dos outros Estados, a sobrevivência é o principal objetivo de uma grande potência, e por sua vez, estas grandes potências são atores racionais (Mearsheimer, 2001). Nesta situação, os Estados procuram maximizar o poder relativo, definido como ganho de recursos materiais, criação de desequilíbrios de poder e aquisição de vantagens sobre Estados rivais, mesmo que estes não sejam grandes potências (Mearsheimer, 2001). Para maximizar o ganho de poder relativo, pode, inclusive, existir a cedência de vantagens que levam ao ganho de poder absoluto. Apesar destes ganhos serem mais reduzidos, proporcionam vantagem sobre Estados rivais. Esse pode ser o caso da utilização de recursos naturais para a obtenção de poder e que podem substituir ofensivas militares na procura de ganhos territoriais (Mearsheimer, 2001).

Porém, a postura de realismo ofensivo leva à inevitabilidade do dilema de segurança. Na “teoria dos quatro mundos” de Robert Jervis, dinâmicas ofensivas têm vantagem sobre defensivas. A postura ofensiva é assim a melhor estratégia para assegurar vantagens obtidas (Jervis, 1978). Isso resulta na procura de maximização de poder, que não tanto a maximização da segurança (Baylis, Smith e Owens, 2019). O dilema de segurança é visto para além da questão de integridade territorial e conflito armado,

4 Para uma reflexão sobre as relações entre Estados num sistema anárquico, ver John Mearsheimer no primeiro capítulo do livro *The Tragedy of Great Power Politics*.

mas também como um conflito político e de competição económica (Krickovic, 2015; Mearshimer, 1994). A forma como trocas comerciais e transação de bens, e com isso a natureza da interdependência económica, pode causar a imposição de embargos ou bloqueios, ou, ao limite, ações de guerra irregular (Copeland, 1996).

No entanto, outros autores, como o caso de Kenneth Waltz, defendem que o sistema internacional anárquico proporciona igualmente as condições para os Estados terem uma postura mais moderada, de modo a garantir a sua segurança, o que se enquadra na lógica do realismo defensivo (Waltz, 1979).

Estes enquadramentos teóricos ajudam na análise de quais as condições no terreno, particularmente nas necessidades de energia, que colocam a União Europeia e a Federação Russa num dilema de segurança, assim como fatores externos a essas duas potências. Um desses fatores é a existência de outras opções de fornecimento e diversificação do *mix* energético, com efeitos na interdependência económica, e que pode alterar a natureza do dilema.

A União Europeia, gás natural e segurança energética

A utilização de gás natural na União Europeia representa cerca de um quarto das suas necessidades energéticas. Deste valor, 26% é utilizado para criação de energia, 23% na indústria e o resto para o setor de serviços e utilização doméstica (European Commission, 2020). A procura de gás natural na União encontra-se perto dos 480 bilhões de metros cúbicos, e estima-se que essa necessidade continue estável nos próximos anos (European Commission, 2020). A dependência de gás natural chegou aos 77.9% em 2018, comparado com os 74.4% observados no ano anterior, e em quinze dos Estados-membros, esse valor chega a ser superior a 90% (Eurostat, 2019). Existe a preocupação que a maior parte do gás natural é importado a países externos à União Europeia. Menos de 30% das necessidades na União são resolvidas por produção interna, com o resto importado da Rússia (cerca de 43%), Noruega (cerca de 33%) e Argélia (cerca de 8%) (Eurostat, 2019). De facto, a produção de gás natural na União tem mostrado uma tendência negativa, por exemplo, diminuindo em 8.1% em 2018 quando comparado com 2017. De grande importância para esta alteração foi o facto de os Países Baixos terem parado a extração de gás natural da estação de Slochteren, um dos principais pontos de produção. No entanto, tendências negativas também foram observadas em países como a Bulgária (-82.7%), Eslováquia (-43.4%), Áustria (-17.8%), Croácia (-16.3%), Dinamarca (-15.0%) e Alemanha (-14,5%) (Eurostat, 2019).

A União Europeia encontra-se numa posição delicada, por um lado necessita de energia, e em particular gás natural. Por outro lado, produz cada vez menos, o que significa que precisa de importar mais do exterior. Consciente desse desequilíbrio, e

como parte da estratégia energética da União, tem havido uma aposta na diplomacia energética. Em 20 de julho de 2015, o Conselho dos Negócios Estrangeiros adotou o Plano de Ação de Diplomacia Energética da União Europeia (CUE, 2015). Este plano tem quatro prioridades: facilitar a discussão regular do Conselho sobre estratégias em questões energéticas; estabelecer diálogos com países produtores e de trânsito; alcançar posições conjuntas nas instituições multilaterais da União Europeia; e reforçar a capacidade de a União Europeia falar “a uma só voz” em questões relacionadas com necessidades energéticas (CUE, 2015). Se essa diplomacia tem resultado em negociações com países como a Noruega e Estados Unidos, o mesmo não é evidente com parceiros regionais que são menos fiáveis, como é o caso da Federação Russa. Moscovo tem provas dadas de ser capaz de diminuir, ou suspender a exportação de gás natural, o que no passado já colocou a Europa numa situação de fragilidade (BBC, 2006). Assim, uma das condições para a diplomacia energética por parte da União Europeia, de forma a assegurar o gás natural que necessita, é a necessidade de não hostilizar o seu principal fornecedor. Um exemplo foram as sanções aplicadas à Rússia, pelo Conselho Europeu e pelo Conselho da União Europeia, após a anexação da Crimeia. Algumas das sanções são específicas para pessoas e entidades (CUE, 2014), e incluem embargos a armamento e material relacionado, à venda de equipamento para a indústria petrolífera russa, e ao congelamento de ativos económicos (EPC, 2014). Estas sanções têm tido efeito no que se relaciona à aquisição de equipamento que a Rússia necessita para a exploração de petróleo. Num exemplo concreto, neste caso com sanções impostas pela Administração Obama, e pelo Congresso Americano, a exploração de petróleo no Ártico, onde a Rosneft acordara com a ExxonMobil uma parceria de 3.2 mil milhões de dólares, teve de ser abandonada pela multinacional Americana por causa das sanções (Krausse, 2018). No entanto, tanto as sanções europeias como as norte-americanas não se aplicam ao setor energético convencional, o que permite a Moscovo manter a rentabilização dos recursos naturais, e com isso a manutenção do aparelho político dirigido pelo presidente Putin. Companhias energéticas em países como Alemanha, Áustria, Itália e França, justificam a importação de gás natural russo com uma hipotética diminuição da competitividade da indústria europeia se houver uma aposta maior em mercados como o do Médio Oriente ou dos Estados Unidos (Siddi, 2018). Isso contribui para o enriquecimento das empresas estatais como Gazprom, ou Rosneft, que por sua vez alimentam o poder do Kremlin (Olcott, 2004). Esta vantagem continuará a dar a Putin a capacidade de exercer um efeito disruptivo, na lógica do realismo ofensivo, tanto em países próximos à sua fronteira, como nas democracias ocidentais, aumentando assim o dilema de segurança. Para além disso, internamente, a incapacidade dos Estados europeus de poderem ditar outras regras, para além das económicas, para a aquisição de energia, faz com que o Kremlin mantenha um conjunto de atropelos aos direitos humanos sobre o povo russo, algo antiético aos valores liberais e democratas da maior parte das democracias Europeias.

Rússia e a utilização dos seus recursos energéticos

A Federação Russa é o maior produtor mundial de petróleo bruto e de hidrocarbonetos líquidos, assim como o segundo maior produtor de gás natural seco (EIA, 2017). A comercialização de recursos energéticos representa mais de um terço das receitas federais, tendo como consequência que a economia seja muito dependente da exportação de energia (EIA, 2017). O Kremlin age de forma a que seja o Estado a ditar os termos da utilização dos recursos naturais, retendo assim as verbas no país para ajudar a subsistência económica. Afinal, o próprio presidente Putin, num artigo em 1999 com o título *Mineral Natural Resources in the Strategy for Development of the Russian Economy*, escreveu que o Estado deve ter um papel fundamental no que diz respeito à regulação e desenvolvimento da indústria de extração e processamento (Balzer, 2006). Este artigo resultou da sua dissertação de doutoramento submetida no St. Petersburg Mining Institute (Putin, 1997). Moscovo tem centralizado o controlo dos mercados e fornecedores na Rússia exercendo persuasão, ou, quando necessário, coerção, a empresas nacionais e internacionais.⁵ Um exemplo desse tipo de ação foi o que aconteceu à empresa Yukos, um dos gigantes energéticos na Rússia. Em 2003, o Diretor Executivo da empresa, Mikhail Khodorkovsky, desafiou a decisão de Putin de nacionalizar a empresa. Como resultado, a Yukos foi desmantelada e vendida à Rosneft – via uma empresa de fachada⁶ –, e os responsáveis da empresa foram acusados de fraude e evasão fiscal, levando, inclusive, à detenção de Khodorkovsky por dez anos (Arvedlund, 2004). Como exemplo de persuasão, empresas como a British Petroleum e a Shell tiveram de vender à Gazprom as suas participações em projetos de gás natural na Rússia, assim como se comprometerem a ajudar na expansão internacional da empresa russa (Kramer, 2007).

Para a Federação Russa, a utilização de recursos naturais como forma de realismo ofensivo justifica-se como uma maneira de manter a superioridade na sua “esfera de influência”, ou como exemplificado noutra expressão, no “estrangeiro próximo” (Rato, 2018). De facto, a política energética da Rússia tem sido moldada por preocupações geoestratégicas que se refletem na manipulação de preços para países em vias de desenvolvimento, no controlo de infraestruturas de transporte como gasodutos e oleodutos, até à disrupção no abastecimento como forma de pressão política (Korteweg, 2018).

Em 2013, quando o presidente da Ucrânia, Viktor Yanukovich, decidiu que este país se juntaria à União Económica Euroasiática, a Gazprom respondeu com uma diminuição no preço do gás natural. Quando o sucessor de Yanukovich, Petro

5 Para saber mais sobre este tipo de manobras de influência ver o livro *Blowout* de Rachel Maddow.

6 Uma *shell company*, usando o termo inglês, com o nome Baikalfinansgrup.

Poroshenko, declarou a intenção de encetar uma maior aproximação à União Europeia e imediatamente houve aumentos de preço e disrupções no fornecimento de gás natural vindo da Rússia (Korteweg, 2018). Não satisfeito, Moscovo tem encontrado formas de aumentar a forma de chegar a outros mercados, criando gasodutos à volta dos países de trânsito na sua fronteira, como é caso do Nord Stream 2, South Stream ou o TurkStream, o que lhe confere ainda mais poder negocial.

Porém, no que se relaciona com ações no âmbito do realismo ofensivo, ao enviar perto de 87% do gás natural para a União Europeia (Korteweg, 2018), a Rússia também se encontra numa posição de dependência. Enquanto empresas como a Gazprom ou a Rosneft dependerem principalmente do centro e ocidente da Europa como mercado primário, usar o fornecimento de energia como forma de pressão política, ou como suporte para atitudes expansionistas, continuará a ser limitado. Isto poderá a levar a pensar que estão reunidas as condições para uma manutenção do *statu quo* dentro de um sistema anárquico. No entanto, não há um garante que assim seja. O facto de a Rússia ter construído o gasoduto Força da Sibéria (Gazprom, 2020) coloca este país numa posição de maior poder negocial para com a Europa, podendo ameaçar desviar gás para o mercado chinês. Se a Federação Russa tiver a possibilidade de usar a dependência energética da Europa a seu favor, é prudente pensar que Moscovo poderá não hesitar em o fazer. Este receio é também justificado quando o controlo das empresas de exploração e distribuição dos recursos naturais está intimamente ligado ao Kremlin. Em paralelo, enquanto Putin for o líder russo, é de esperar que instituições governamentais, como é o caso da GRU,⁷ continuem a ingerir-se nas democracias ocidentais (Silvestre, 2019) numa perspetiva de “dividir para conquistar”, proporcionando assim a empresas como a Gazprom a possibilidade de negociar acordos setoriais, numa lógica de sistema internacional anárquico, no lugar de ter de lidar com uma união de países com sede em Bruxelas.

O dilema de segurança na interdependência económica

Os Estados, na lógica do realismo, estão preocupados com o equilíbrio de poder e procuram maximizar os seus ganhos no quadro de sistema internacional. No entanto, isso causa efeitos nesse equilíbrio, incluindo qual a comparação dos ganhos relativos entre Estados que se encontram em competição direta (Mearshimer, 1994, p.12). Estados detentores de recursos energéticos abundantes, tendem a usá-los

7 Glavnoye Razvedyvatel'noye Upravleniye, no original, ou Departamento Central de Inteligência da Direção Geral do Estado-Maior das Forças Armadas da Rússia.

numa postura de realismo ofensivo (Mearsheimer, 2001). Estes Estados procuram consolidar a exploração dos recursos com processos de governação, o que pode assumir várias formas, a utilização de força militar para defender reservas; a nacionalização da indústria ou transferência de empresas para oligarcas com ligações à cúpula de poder; a criação de cadeias de corrupção para assegurar a passividade, ou conivência, da sociedade civil; e a repressão de vozes ou movimentos dissidentes (Korteweg, 2018).

Um dos melhores exemplos da utilização de energia na lógica de realismo ofensivo aconteceu em outubro de 1973, quando a Organização dos Países Exportadores de Petróleo decretou um embargo de dez dias a seguir ao início da Guerra do Yom Kippur. Nesse outono, a Arábia Saudita, Irão, Iraque, Emirados Árabes Unidos, Kuwait e Catar decidiram aumentar o preço do barril de petróleo, ao mesmo tempo que anunciavam cortes na produção. O embargo serviu, principalmente, para punir países “amigos de Israel”, com efeitos imediatos nos Estados Unidos, Reino Unido, Canadá, Japão e Países Baixos (Ditté e Roell, 2006). Curiosamente, esta posição ofensiva acabou por ter um preço a nível de ganhos relativos e do dilema de segurança, uma vez que o embargo esteve na base do início da procura de maior eficiência energética por parte de países desenvolvidos, e, com isso, menor dependência do petróleo (Korteweg, 2018).

Relativamente à Rússia, as influências nos países de trânsito de gás natural começaram logo após o colapso da União Soviética. Entre 1992 e 1993, a Ucrânia viu o abastecimento regional ser suspenso devido a alegações de faltas de pagamentos. Em setembro de 1993, o presidente Ieltsin propôs ao presidente Kravchuk o perdão das dívidas da Ucrânia em troca do controlo da frota do Mar Negro e do arsenal nuclear que se encontrava no país (Bohlen, 1993). Uma década depois, seria a vez da Gazprom, após uma disputa com a Naftogaz, a empresa nacional ucraniana de gás e petróleo, sobre preços e abastecimentos, reduzir a pressão do gás nos gasodutos, afetando com isso outros países para além da Ucrânia, como foi o caso de Estados-membros da União Europeia (BBC, 2006). Esses tipos de disputas, com cortes no abastecimento, aconteceram novamente em março de 2008 e janeiro de 2009. Em ambas as vezes, Putin esteve diretamente envolvido nas negociações para resolver as tensões, primeiro com o Viktor Yushchenko (CNN, 2008) e depois com Yulia Tymoshenko (BBC, 2009). Uma das explicações possíveis para estas decisões do Kremlin prende-se com o pressionar os governantes ucranianos a não se aproximarem ao ocidente, tanto economicamente (União Europeia) como militarmente (OTAN) (Boyes, 2009; Kramer, 2009).

Devido a estes antecedentes, é compreensível a resistência de alguns países relativamente ao gasoduto Nord Stream 2. De um lado, a Alemanha e a Áustria são partes interessadas com a França e os Países Baixos com ligações ao projeto. Por outro lado, um dos países que tem oferecido maior oposição à construção do Nord

Stream 2 são os Estados Unidos. Isso tem sido comprovado através de ações legislativas pelo Congresso ou por tentativa de influência do presidente para com líderes europeus. Outro instrumento utilizado pelos Estados Unidos têm sido sanções impostas a empresas europeias associadas à obra, o que tem causado reações acrimoniosas por parte de líderes austríacos e alemães. Por exemplo, numa declaração conjunta pelos então Ministros de Negócios Estrangeiros dos dois países, respetivamente Sebastian Kurz e Sigmar Gabriel podia ler-se que “[o] abastecimento de energia para a Europa é uma questão para os europeus, e não para os Estados Unidos da América” (Auswärtiges Amt, 2017). Também a Chanceler Merkel disse que não concordava com a posição dos Estados Unidos em relação a sanções (Deutsche Welle, 2020). Já o presidente Trump acusou a Alemanha de ser “refém” da Rússia, e o antigo secretário de Estado, Rex Tillerson, disse que o Nord Stream 2 iria colocar em risco a segurança energética europeia (Ellyatt, 2019).

Existem consequências para um Estado, que detém uma maior força negocial para com países de trânsito, se, ao mesmo tempo, constrói novas vias de fornecimento que não passam nesses países. Se a Rússia continuar a diminuir a passagem de gás natural pela Ucrânia, ou Bielorrússia ou Cazaquistão, isso reduzirá também a influência de Moscovo sobre Kiev, Minsk ou Astana, levando a uma perda de poder absoluto por parte da Rússia, uma vez que obriga estes países a terem de encontrar outras formas de abastecimento. O mesmo também se aplica à União Europeia. Com a expansão de gasodutos e oleodutos por parte da Rússia para a Ásia, aumentando a sua sustentabilidade financeira através de outros países, a Europa encontrar-se-á na situação onde precisara de outros fornecedores, seja a norte (Escandinávia), sul (Médio Oriente) ou oeste (Estados Unidos), assim como de criar sistemas de distribuição dentro da União e com os países vizinhos. É neste quadro que são particularmente importantes as iniciativas da União Europeia de aumentar a sua segurança energética, apostando no desenvolvimento de infraestruturas como Projetos de Interesse Comum, expandindo para leste para os Balcãs (European Commission, 2018) e eventualmente para a Ucrânia (European Commission, 2019).

Quando se trata de usar o mercado energético como forma de realismo defensivo, um bom exemplo são as decisões tomadas pelo Azerbaijão. Após o colapso da União Soviética, o regime totalitário com sede em Baku procurou criar ligações com os mercados europeus com vias de fornecimento que não passassem pelo território russo. O oleoduto Baku-Tbilisi-Ceyhan foi desenvolvido para servir como forma de trânsito pela Geórgia até à costa da Turquia do lado do Mediterrâneo. Baku tem como parceiros neste projeto a empresa ocidental British Petroleum e a Comissão Europeia. Igualmente, o Corredor de Gás do Sul está idealizado para ter um contributo importante na receção de gás natural na Europa. O Gasoduto do Sul do Cáucaso, o Gasoduto Transanatoliano e o Gasoduto Transadriático são a forma do Azerbaijão assegurar a sua autonomia com o vizinho russo através de uma partici-

pação em mercados internacionais, liberais e regulados. Outro exemplo é o Catar. Sendo o maior exportador de gás natural liquefeito do mundo, este país desenvolveu fortes relações comerciais com mercados energéticos, particularmente na Ásia, expandido também para ocidente, em particular para a Europa. Em 2017, quando a Arábia Saudita e os Emiratos Árabes Unidos cortaram relações diplomáticas e instauraram um bloqueio ao Catar, o facto deste país alimentar parte das necessidades energéticas dos Emiratos poderá ter sido uma das razões para não ter existido uma ação mais arruinadora do pequeno país (Korteweg, 2018).

A importância do gás natural liquefeito e dos Estados Unidos como parceiro estratégico

Em 2019, a União Europeia importou um total de 108 mil milhões de metros cúbicos de gás natural liquefeito (GNL), um aumento de 75% relativamente ao ano anterior (European Commission, 2020).

A Comissão Europeia defende que “o gás liquidificado pode contribuir significativamente à diversificação no fornecimento de gás e com isso aumentar consideravelmente a segurança energética”, e assume como uma das suas missões “assegurar que todos os Estados-membros tenham acesso aos mercados de gás líquido” (European Commission, 2020). A Comissão estima também que, no período entre 2017 e 2023, a União Europeia aumente a procura de gás natural para 100 mil milhões de metros cúbicos, e que as importações cresçam em cerca de 20% até 2040 quando comparado com valores de 2016 (European Commission, 2019a).

Quais os fornecedores de gás natural liquefeito (GNL) é uma questão essencial para Bruxelas. Segundo a Comissão, os países do sul e oeste europeu serão mais resistentes a quebras de fornecimento por terem acesso a GNL através de terminais de importação, ao contrário de quem tem só um fornecedor. Na avaliação da Comissão Europeia, existe uma “capacidade significativa” de importação de gás liquidificado, suficiente para garantir 45% da necessidade total de consumo de gás (European Commission, 2020). São, no entanto, necessários mais *hubs* nas zonas sudeste, centro-este europeu, e Báltico, de maneira a que os países nessas zonas possam aceder ao mercado de GNL. Projetos de Interesse Comum⁸ incluem investimentos na área de infraestruturas, incluindo novos terminais e gasodutos, para assegurar ligações entre Estados-membros.

8 Para saber mais sobre este tipo de projetos, consultar https://ec.europa.eu/energy/topics/infrastructure/projects-common-interest_en?redir=1

No que diz respeito ao GNL russo, e principalmente à sua exportação, o Kremlin depende, maioritariamente, da Gazprom, beneficiando da posição privilegiada da empresa nos mercados europeus. Os indicadores fazem acreditar que estas relações comerciais irão aumentar nos próximos anos (Korteweg, 2018). O gigante energético russo tem tido uma atenção redobrada ao mercado de GNL, apresentando-se como uma alternativa a outros grandes fornecedores mundiais. A oferta de GNL por parte da Gazprom tem partido principalmente da central de Sakhalin II, com capacidade de produção de 11.4 milhões de toneladas de GNL por ano (Gazprom, 2020a). Por causa da sua localização, com acesso ao Mar do Japão, via Estreito de Tatar, os contratos de distribuição têm sido celebrados com países asiáticos, o Japão (65%), a Coreia do Sul (23%), Taiwan (10%) e China (3%) (EIA, 2017). Também outros consórcios económicos apostam em novas infraestruturas. A estação de Yamal, no nordeste da Península com o mesmo nome, é um exemplo. Em dezembro de 2018, a Yamal contava com três estações de liquidação e purificação de gás, chegando a uma capacidade de 16.5 milhões de toneladas ano, com uma frota de 16 metaneiros quebra-gelo prontos para carregar o gás do terminal de Sabetta para os mercados internacionais (Staalesen, 2020). Também aqui o principal destino é a Ásia, através do Oceano Ártico e Estreito de Bering. Porém, o GNL de Yamal pode também chegar à Europa. O trânsito dos metaneiros saídos deste terminal, durante o inverno, é reorientado para o Atlântico Norte e, daí para o Mediterrâneo e através do Canal do Suez para a Ásia. Mediante alterações nos níveis de consumo de gás natural na Ásia, esta pode ser mais uma opção de entrada de GNL nos portos europeus.

Os Estados Unidos, por razões históricas, sociais, políticas, geoestratégicas e militares, é também um parceiro natural para a garantia de diversificação energética na União Europeia. Por exemplo, em janeiro de 2019, a importação de GNL dos Estados Unidos pela União foi de 1.3 mil milhões de metros cúbicos, um aumento de 181% quando comparado com os 120 milhões de metros cúbicos adquiridos em janeiro de 2018 (European Commission, 2019b). Desde o encontro em julho de 2018 entre o então presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, e o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que foram desenvolvidas medidas pela União Europeia de aumento da capacidade de receção de GNL como foi o acordo para a extensão do terminal de Świnoujście na Polónia, os novos terminais de LNG Brunsbüttel e Wilhelmshaven na Alemanha (European Commission, 2019a), e os investimentos nos terminais de Krk na Croácia, de Gotemburg na Suécia, de Shannon na Irlanda e de Vasilikos Bay no Chipre (European Commission, 2019b). O porto de Świnoujście, na Polónia, é um exemplo de sucesso quanto à diminuição da dependência energética da Rússia, numa lógica de realismo defensivo. Depois da crise energética de 2009, o governo polaco apostou na construção de um terminal nesse porto, com um preço estimado em mil milhões de euros,

parcialmente financiado pela União Europeia. O terminal assegura a entrada de GNL e trânsito do gás para os países Bálticos, para a Eslováquia, a República Checa e a Ucrânia (European Commission, 2019c). Piotr Wozniak, o presidente da PGNiG, a companhia energética estatal polaca que domina o mercado energético desse país, disse ao *New York Times* que “[a] estratégia da nossa empresa é esquecer os fornecedores a leste, especialmente a Gazprom. Se eu pago [pelo GNL] aos americanos, eu pago aos meus aliados da OTAN” (Reed, 2019).

Futuros acordos com os Estados Unidos estão programados para, entre outras ações, “desenvolver esforços conjuntos para completar infraestruturas chave que estão em falta, assim como investir na melhoria do acesso ao gás liquidificado” (European Commission, 2019a). Pode argumentar-se que se está a trocar uma interdependência económica por outra, e que no quadro do sistema anárquico, os Estados Unidos têm as mesmas preocupações que a Rússia a nível da sobrevivência do Estado. Porém, e como diz Piotr Wozniak, se temos de pagar pela energia, porque não o fazer com os nossos aliados? Existe um historial de alianças com os Estados Unidos da América, assim como uma confiança nos sistemas políticos e económicos, que não existe com a Federação Russa. É razoável acreditar que existe um menor dilema de segurança com um aliado da OTAN e da economia mundial, do que com um país com um regime iliberal e com um historial de ações ofensivas e disruptoras no “estrangeiro próximo”, bem como nas democracias ocidentais.

Porém, para aumentar a entrada de GNL no continente europeu para servir como alternativa a outros fornecedores, aumento do *mix* energético e diminuição da interdependência económica no mercado energético com a Rússia, é necessário ter a condição instalada através de portos marítimos prontos a receber metaneiros carregados dessa fonte de energia.

A importância estratégica de Portugal

Portugal, devido ao acesso direto ao Atlântico, e a ter as condições para ser um dos principais pontos de entrada de GNL vindo dos Estados Unidos, pode ter um papel importante na questão do dilema de segurança da União Europeia face à Federação Russa. Para além da vantagem geográfica, Portugal também se encontra no centro de rotas inter e intra-oceânicas de GNL, com ligações entre Europa, Ásia, África e as Américas. Outra vantagem importante é a localização da costa portuguesa entre duas Áreas de Controlo de Emissões, no entanto, não fazendo parte de nenhuma das duas. Porém, em questões ambientais, o trânsito marítimo de GNL não é totalmente isento de problemas. A perda de metano durante o transporte e *bunkering*, assim como a produção de gases de efeito de estufa pela utilização de GNL como combustível, é uma preocupação (ICCT, 2020). No entanto, os benefícios da utilização do GNL,

quando comparado com o gásóleo, são significativos, onde se incluem menos produção de óxido nítrico (menos 90%) e dióxido de carbono (menos 20%) (IMO, 2016). Igualmente, Portugal aderiu à Diretiva Europeia de Enxofre de 2016 e com isso ao compromisso do teto de 0.5% massa por massa (m/m) deste gás (IMO, 2019).

Como ponto de entrada para o GNL, Portugal beneficia da existência do porto de águas profundas em Sines. Igualmente, existe a possibilidade da projecção na distribuição de GNL para o Atlântico norte, e sul, utilizando os Açores e a Madeira. Também importante é a experiência na criação, e utilização, de um “gasoduto virtual oceânico”, neste caso ligando Sines a Lisboa e ao Funchal, uma forma de criar rotas de GNL sem a necessidade de gasodutos. Não acidentalmente, quando empresas detidas pelo Estado chinês, como o Grupo COSCO ou o Shanghai International Port Group, expressam interesse em aumentar a participação na gestão, expansão e modernização do porto de Sines, o secretário de Energia da Administração Trump, Dan Brouillette, visitou o porto de Sines no início de 2020 (Gonçalves, 2020). Esta visita serviu para reforçar a posição de Washington sobre a importância deste ponto de entrada de GNL na Europa, e para afirmar que os Estados Unidos querem estar envolvidos no funcionamento do porto, assim como em contratos que possam ser celebrados, principalmente no que se relacione com a capacidade do terminal para GNL (Gonçalves, 2020). De acrescentar que o grupo COSCO tem perseguido uma estratégia de aquisição de portos na Europa, como foi o caso do porto do Pireu, Antuérpia, o Euromax em Roterdão, Vado Reefer, Valência e Bilbao (CSPL, 2020).

O interesse numa colaboração mais próxima entre Estados Unidos e Portugal foi também expresso aquando do World LNG Summit, onde delegações oficiais dos dois países discutiram a comercialização de GNL. Dessas discussões ficou o compromisso por parte do Departamento de Estado Americano, e do Ministério do Mar de Portugal, de “continuar a trabalhar em conjunto para ajudar a Europa a diversificar as suas importações energéticas através de novas fontes de gás natural, interconectores vitais, infraestrutura marítima de GNL e novas instalações que facilitem a importação de GNL” (USECP, 2017). Porém, para o pleno aproveitamento do porto de Sines como ponto de entrada de GNL, a Península Ibérica precisa de deixar de ser o que se denomina por “uma ilha energética”. As ligações para o resto da Europa são francamente reduzidas, levantando o problema de não haver um escoamento capaz do gás natural, tanto de Sines como de Espanha. As taxas de utilização dos terminais têm sido de 24% em Espanha e 48% em Portugal, dados de março de 2018, no respeitante à capacidade de regaseificação (IGU, 2019).

Uma das infraestruturas essenciais para a resolução deste problema, seria um gasoduto a ligar Sines a Larrau em França, através dos Pirenéus (Eiras, Louro e Leite, 2015). Alguns projetos suportados pela Comissão Europeia tentam minimizar esta insuficiência, como é o caso da instalação de uma unidade compressora em Cantanhede,

assim como a construção de gasodutos a ligar Cantanhede a Mangualde, e daí para Celorico da Beira e Zamora, através da fronteira (REN, 2018). Outro projeto importante é a ligação de Guitiriz com Zamora e o gasoduto de Andradás, que permitirá o transporte de gás da Península Ibérica para França (European Commission, 2018a). Outro projeto de interesse comum é a construção do gasoduto MidCat (Midi-Catalonia) (Simon, 2019). Porém, este encontra-se suspenso porque os reguladores energéticos espanhóis e franceses consideraram como excessivamente caro o investimento de uma das secções do MidCat, a South Transit Eastern Pyrenees (CRE-CNMC, 2019). Se o MidCat se tornar uma realidade, um passo lógico seria estender a rede de gasodutos que permitisse a ligação de Barcelona a Sines via Huelva e Córdoba, ligando depois a Portugal continental através de Badajoz.

Se a União Europeia quiser “optar por uma maior maritimização do abastecimento de gás na sua dimensão atlântica em detrimento do foco unicamente continentalista com que tem insistido nas últimas duas décadas” (Eiras, Louro e Leite, 2015, p. 12), esta poderá ser uma solução para se diminuir a interdependência com a Rússia, desenvolvendo uma posição negociável mais forte com o Kremlin.

Em síntese

A interdependência económica por necessidades energéticas entre a União Europeia e a Federação Russa coloca ambas as potências numa situação de procura de equilíbrio, de um *statu quo* funcional, num quadro de um sistema anárquico de relações internacionais. No entanto, este equilíbrio pode ser alterado com mudanças das condições, resultando em decisões políticas que procurem a obtenção de poder absoluto em relação à obtenção de ganhos de poder relativos. Moscovo já provou isso por algumas vezes. A decisão em Moscovo de cortar o fornecimento de gás durante a década de 90, e depois em 2006 e 2009, serviu para demonstrar que a Rússia tem, através da utilização que faz dos seus recursos energéticos, uma forma direta de realizar um realismo ofensivo, afetando assim regiões próximas das suas fronteiras, e por associação, a União Europeia. Esta capacidade é possível por causa de diferenças estruturais de governação: no ocidente europeu existe uma lógica cooperativa e liberal, com processos burocráticos, negociais e legais, enquanto a Rússia exerce um tipo de *hard power*, que é parte integrante da sua lógica interna de funcionamento. Para um líder como Putin, esta é uma forma de devolver à Rússia um estatuto de superpotência mundial. Ao ser o principal cliente de gás natural da Rússia, ou noutro exemplo importante, de crude da Arábia Saudita, a União Europeia continua a contribuir para a continuidade desses regimes autoritários. Isto é particularmente importante quando não se antecipa uma mudança na importação

desses recursos energéticos. De facto, a cota de mercado, no caso do gás natural, da União Europeia para com a Federação Russa, continuará a aumentar nos próximos anos (Zeniewski, 2019).

A União Europeia deve desenvolver estratégias que permitam maior segurança energética, para poder assumir posições mais robustas quando se trata de determinar condições a países de que importa energia. Relativamente ao gás russo, algumas dessas estratégias podem ser a liberalização de mercados energéticos tanto dentro como fora da União; a redução do modelo de verticalidade em empresas fornecedoras; a quebra de tendências monopolistas de produção e distribuição; e contratos de abastecimento com prazos mais curtos. Outra estratégia é a diversificação do *mix* energético. Enquanto na Europa se observa uma redução na exploração de gás natural, nos Estados Unidos, por causa de um desenvolvimento nas técnicas de extração, ou no Catar, pela riqueza do recurso energético, tem-se observado a tendência inversa, com ambos os países a serem uma opção viável para o abastecimento de gás natural à União Europeia. Para isso, a União Europeia terá de apostar, ainda mais, na construção de infraestruturas que permitam receber, armazenar e distribuir gás natural. Os investimentos financeiros nos projetos de interesse comum serão consideráveis. No entanto, os benefícios, tanto económicos como de independência energética e segurança são claros. Substituir o gás natural proveniente da Rússia por outras fontes em mercados alternativos teria um impacto reduzido nas economias europeias (Mãe, 2020), acrescentando um maior poder negocial dos centros de decisão em Bruxelas, como regionalmente, com países que ambicionam fazer parte da União Europeia, e que servem agora como países de trânsito.

Portugal, como membro de pleno direito de instituições como a União Europeia, a OTAN, e da comunidade internacional, encontra-se numa posição privilegiada para servir de garante à segurança energética da Europa através da utilização e desenvolvimento de um dos pontos de entrada de GNL no continente europeu. Com a criação de uma rede energética ligada ao centro da Europa, e aproveitando as condições geográficas de localização num centro de trânsito, reexportação e *bunkering* de GNL, Portugal pode ter um papel importante para a disponibilização de uma fonte de energia mais limpa e rentável para os europeus e os seus negócios. Igualmente, com esta aposta, estar-se-á a contribuir para atenuar o dilema de segurança e da interdependência económica da União Europeia no que diz respeito às das suas necessidades energéticas.

Referências Bibliográficas

- Arvelund, E. E., 2004. A new twist in Russia's Yukos Oil affair. [em linha] Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2004/04/16/business/a-new-twist-in-russia-s-yukos-oil-affair.html>> [consultado a 25 de outubro de 2020].
- Assembleia da República, 2007. *Tratado de Lisboa. Versão Consolidada* [pdf]. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/europa/Documents/Tratado_Versao_Consolidada.pdf> [consultado a 25 de outubro de 2020].
- Auswärtiges Amt, 2017. *Foreign Minister Gabriel and Austrian Federal Chancellor Kern on the imposition of Russia sanctions by the US Senate*. [em linha] Disponível em: <<https://www.auswaertiges-amt.de/en/newsroom/news/170615-kern-russland/290666>> [consultado a 25 de outubro de 2020].
- Balzer, H., 2006. Vladimir Putin's academic writings and natural resources policy. *Problems of Post-Communism*, 53(1), pp.48-54.
- Baylis, J., Smith, S., e Owens, P., 2019. *The Globalization of World Politics. An Introduction to International Relations*. Eighth Edition. Oxford: Oxford University Press.
- Bohlen, C., 1993. *Ukraine agrees to allow Russians to buy fleet and destroy arsenal*. [em linha] Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1993/09/04/world/ukraine-agrees-to-allow-russians-to-buy-fleet-and-destroy-arsenal.html>> [consultado a 25 de outubro de 2020].
- Boyes, R., 2009. *Comment: Gazprom is not a market player, it's a political weapon*. [em linha] Disponível em: <<https://www.thetimes.co.uk/article/comment-gazprom-is-not-a-market-player-its-a-political-weapon-nhj35gckkj3>> [consultado a 25 de outubro de 2020].
- British Broadcast Company (BBC), 2006. *Ukraine 'stealing Europe's gas'*. [em linha] Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/4574630.stm>> [consultado a 25 de outubro de 2020].
- Buzan, B., 1984. Economic structure and international security: the limits of the liberal case. *International Organizations*, 38(41), pp. 597-624.
- Cable News Network (CNN), 2008. *Russia, Ukraine deal averts gas crisis*. [em linha] Disponível em: <<http://edition.cnn.com/2008/WORLD/europe/02/12/putin.russia/index.html>> [consultado a 25 de outubro de 2020].
- Commission de Régulation de l'Énergie e Comisión Nacional de los Mercados y la Competencia (CRE-CNMC), 2019. *Common Decision of CRE and CNMC concerning the gas interconnection between Spain and France, project of common interest (PCI) No 5.5.1 as in Annex 7 of Regulation (EU) No 347/2013 (STEP PROJECT)* [pdf]. Disponível em: <https://www.cnmc.es/sites/default/files/editor_contenidos/Notas%20de%20prensa/2019/20190122_STEP_ENG.pdf> [consultado a 25 de outubro de 2020].

- Conselho da União Europeia (CUE), 2015. *Conclusões do Conselho sobre a diplomacia energética* [pdf]. Disponível em: <<http://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-10995-2015-INIT/pt/pdf>> [consultado a 25 de outubro de 2020].
- Copeland, D., 1996. Economic interdependence and war: a theory of trade expectations. *International Security*, 20(4), pp. 5-41.
- COSCO Shipping Ports Limited (CSPL), 2020. *Interim report 2019* [pdf]. Disponível em: <<https://doc.irasia.com/listco/hk/coscoship/interim/2019/intrep.pdf>> [consultado a 25 de outubro de 2020].
- Deutsche Welle, 2020. *Angela Merkel and Vladimir Putin push ahead with pipeline*. [em linha] Disponível em: <<https://www.dw.com/en/angela-merkel-and-vladimir-putin-push-ahead-with-pipeline/a-51968258>> [consultado a 25 de outubro de 2020].
- Ditté, P., e Roell, P., 2006. *Past Oil Price Shocks: Political Background and Economic Impact – Evidence from Three Cases*. [em linha] Disponível em: <<https://css.ethz.ch/en/services/digital-library/publications/publication.html/20499>> [consultado a 25 de outubro de 2020].
- Eiras, R., Louro, P., e Leite, R., 2015. Programa Segurança Energética. Fundação Luso-Americana. Exportações de GNL dos EUA e África para a Europa: o desafio económico vs o valor da segurança energética. Research Stream USA Shale Gas 4 Europe. *Policy Paper* n.º 3, pp.10-11.
- Ellyatt, H., 2019. *Europe is fast-becoming a natural gas battleground for Russia and the US*. [em linha] Disponível em: <<https://finance.yahoo.com/news/europe-fast-becoming-natural-gas-104400706.html>> [consultado a 25 de outubro de 2020].
- Energy Information Administration (EIA), 2017. *Country Analysis Brief: Russia* [pdf]. Disponível em: <https://www.eia.gov/international/content/analysis/countries_long/Russia/russia.pdf> [consultado a 25 de outubro de 2020].
- European Commission, 2018. *EU investment in gas interconnection between Bulgaria and Serbia to enhance energy security in the region*. [em linha] Disponível em: <https://ec.europa.eu/info/news/eu-investment-gas-interconnection-between-bulgaria-and-serbia-enhance-energy-security-region-2018-may-17_en> [consultado a 25 de outubro de 2020].
- European Commission, 2018a. *Interconnection ES-PT (3rd interconnection) – 2nd phase* [pdf]. Disponível em: <http://ec.europa.eu/energy/maps/pci_fiches/pci_5_4_2_en_2017.pdf> [consultado a 25 de outubro de 2020].
- European Commission, 2019. *Amending Regulation (EU) No 347/2013 of the European Parliament and of the Council as regards the Union list of projects of common interest* [pdf]. Disponível em <https://ec.europa.eu/energy/sites/ener/files/c_2019_7772_1_annex.pdf> [consultado a 25 de outubro de 2020].
- European Commission, 2019a. *Liquefied natural gas (LNG) has the potential to help match EU gas needs* [pdf]. Disponível em <https://ec.europa.eu/energy/sites/ener/files/eu-us_lng_trade_folder.pdf> [consultado a 25 de outubro de 2020].

- European Commission, 2019b. *EU-U.S. Joint Statement: Liquefied Natural Gas (LNG) imports from the U.S. continue to rise, up by 181%* [pdf]. Disponível em <[EU-U.S._Joint_Statement_Liquefied_Natural_Gas_LNG_imports_from_the_U.S._continue_to_rise_up_181_-2.pdf](#)> [consultado a 25 de outubro de 2020].
- European Commission, 2019c. *Energy Union: EU invests to upgrade Polish Liquefied Natural Gas terminal in Świnoujście*. [em linha] Disponível em: <https://ec.europa.eu/info/news/energy-union-eu-invests-upgrade-polish-liquefied-natural-gas-terminal-swinoujscie-2019-oct-18_en> [consultado a 25 de outubro de 2020].
- European Commission, 2020. *Liquefied natural gas*. [em linha] Disponível em: <https://ec.europa.eu/energy/topics/oil-gas-and-coal/liquefied-natural-gas-lng_en?redir=1> [consultado a 25 de outubro de 2020].
- European Parliament and the Council (EPC), 2020. *EU restrictive measures in response to the crisis in Ukraine*. [em linha] Disponível em: <<https://www.consilium.europa.eu/en/policies/sanctions/ukraine-crisis>> [consultado a 25 de outubro de 2020].
- Eurostat, 2019. *Natural gas supply statistics*. [em linha] Disponível em: <https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Natural_gas_supply_statistics&oldid=447636#Consumption_trends> [consultado a 25 de outubro de 2020].
- Gazprom, 2020. *Power of Siberia*. The largest gas transmission system in Russia's East. [em linha] Disponível em: <<https://www.gazprom.com/projects/power-of-siberia/>> [consultado a 25 de outubro de 2020].
- Gazprom, 2020a. *Sakhalin II. Russia's first liquefied natural gas plant*. [em linha] Disponível em: <<https://www.gazprom.com/projects/sakhalin2>> [consultado a 25 de outubro de 2020].
- Gonçalves, S., 2020. *U.S. firms keen to expand Portugal's Sines port for LNG trade: energy secretary*. [em linha] Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-portugal-usa-energy/u-s-firms-keen-to-expand-portugals-sines-port-for-lng-trade-energy-secretary-idUSKBN2062LS>> [consultado a 25 de outubro de 2020].
- Graafland, J., e Wells, T. R., 2020. In Adam Smith's Own Words: The Role of Virtues in the Relationship Between Free Market Economies and Societal Flourishing, A Semantic Network Data-Mining Approach. *Journal of Business Ethics* [pdf]. Disponível em <<https://link.springer.com/content/pdf/10.1007/s10551-020-04521-5.pdf>> [consultado a 25 de outubro de 2020].
- International Council on Clean Transportation (ICCT), 2020. *The climate implications of using LNG as a marine fuel* [em linha]. Disponível em: <<https://theicct.org/publications/climate-impacts-LNG-marine-fuel-2020>> [consultado a 25 de outubro de 2020].
- International Gas Union (IGU), 2018. *2018 world LNG report* [pdf]. Disponível em <https://www.igu.org/app/uploads-wp/2018/07/IGU_LNG_2018.pdf> [consultado a 25 de outubro de 2020].
-

- International Maritime Organization (IMO), 2016. *Studies on the feasibility and use of LNG as a fuel for shipping* [pdf]. Disponível em: <<http://www.imo.org/en/OurWork/Environment/PollutionPrevention/AirPollution/Documents/LNG%20Study.pdf>> [consultado a 25 de outubro de 2020].
- International Maritime Organization (IMO), 2019. *The 2020 global sulphur limit* [pdf]. Disponível em: <<http://www.imo.org/en/MediaCentre/HotTopics/GHG/Documents/2020%20sulphur%20limit%20FAQ%202019.pdf>> [consultado a 25 de outubro de 2020].
- Jervis, R., 1978. Cooperation under the Security Dilemma. *World Politics*, 30(2), pp. 167-214.
- Korteweg, R., 2018. *Energy as a tool of foreign policy of authoritarian states, in particular Russia* [pdf]. Disponível em: <[https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2018/603868/EXPO_STU\(2018\)603868_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2018/603868/EXPO_STU(2018)603868_EN.pdf)> [consultado a 25 de outubro de 2020].
- Kramer, A. E., 2007. *Moscow Presses BP to Sell a Big Gas Field to Gazprom*. [em linha] Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2007/06/23/business/worldbusiness/23gazprom.html>> [consultado a 25 de outubro de 2020].
- Kramer, A. E., 2009. *Russia-Ukraine feud goes beyond gas pipes*. [em linha] Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2009/01/14/world/europe/14iht-gazprom.2.19349065.html>> [consultado a 25 de outubro de 2020].
- Krausse, C., 2018. *Exxon Mobil Scraps a Russian Deal, Stymied by Sanctions*. [em linha] Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2018/02/28/business/energy-environment/exxon-russia.html>> [consultado a 25 de outubro de 2020].
- Krickovic, A., 2015. When interdependence produces conflict: EU-Russia energy relations as a security dilemma. *Contemporary Security Policy*, 36(1), pp.3-26.
- Lenine, V. I., 1916. *Imperialism, the Highest Stage of Capitalism*. [em linha] Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1916/imp-hsc>> [consultado a 25 de outubro de 2020].
- Maddow, R., 2019. *Blowout*. London: Penguin Putnam Inc.
- Mãe, A., 2020. *European (energy) security and Russian natural gas*. [em linha] Disponível em: <<https://icds.ee/european-energy-security-and-russian-natural-gas>> [consultado a 25 de outubro de 2020].
- Mearsheimer, J. J., 2001. *The tragedy of great power politics*. New York: W.W. Norton & Company.
- Mearshimer, J. J., 1994. The false promise of international institutions. *International Security*, 19(3), pp.5-49.
- Olcott, M. B., 2004. *The energy dimension in Russian global stage. Vladimir Putin and the geopolitics of oil* [pdf]. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/files/wp-2005-01_olcott_english1.pdf> [consultado a 25 de outubro de 2020].

- Polachek, S., 1980. Conflict and trade. *Journal of Conflict Resolution*, 24(1), pp. 55-78.
- Putin, V., 1997. Putin's Thesis (Raw Text). *The Atlantic* [em linha]. Disponível em: <<https://www.theatlantic.com/daily-dish/archive/2008/08/putins-thesis-raw-text/212739>> [consultado a 25 de outubro de 2020].
- Rato, V., 2018. Romper o cerco: a Rússia de Putin e a Nova Guerra Fria. *Nação e Defesa*, n.º 150, pp. 116-148.
- Redes Energéticas Nacionais (REN), 2018. *3rd Interconnection between Portugal and Spain* [pdf]. Disponível em: <[https://www.ren.pt/files/2018-08/2018-08-09095141_4c65f7f-1-2e56-4968-a1af-585420fa64e0\\$1a023d9d-e762-427c-8e7c-d5c21194812c\\$a801cd83-c051-4001-8c35-99dde04eadb7\\$\\$file\\$\\$pt\\$\\$1.pdf](https://www.ren.pt/files/2018-08/2018-08-09095141_4c65f7f-1-2e56-4968-a1af-585420fa64e0$1a023d9d-e762-427c-8e7c-d5c21194812c$a801cd83-c051-4001-8c35-99dde04eadb7$$file$$pt$$1.pdf)> [consultado a 25 de outubro de 2020].
- Reed, S., 2019. *Burned by Russia, Poland Turns to U.S. for Natural Gas and Energy Security*. [em linha] Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2019/02/26/business/poland-gas-Ing-russia-usa.html>> [consultado a 25 de outubro de 2020].
- Siddi, M., 2018. Russia's evolving gas relationship with the European Union. *FIIA Briefing Paper*. [em linha] Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/327750032_Russia%27s_evolution_of_gas_relationship_with_the_European_Union> [consultado a 25 de outubro de 2020].
- Silvestre, R., 2019. A Rússia e os ciber ataques a instituições democráticas europeias. *Revista Res Publica*, 19, pp.83-107.
- Simon, F., 2019. *EU continues to support France-Spain gas link, despite setback*. [em linha] Disponível em: <<https://www.euractiv.com/section/energy/news/eu-continues-to-support-france-spain-gas-link-despite-setback>> [consultado a 25 de outubro de 2020].
- Staalesen, A., 2020. *The Yamal LNG project's fourth train is off to a troubled start*. [em linha] Disponível em: <<https://www.arctictoday.com/the-yamal-Ing-projects-fourth-train-is-off-to-a-troubled-start>> [consultado a 25 de outubro de 2020].
- United States Embassy e Consulate in Portugal (USEP), 2017. *United States-Portugal Joint Statement on Energy Cooperation*. [em linha] Disponível em: <<https://pt.usembassy.gov/united-states-portugal-joint-statement-energy-cooperation>> [consultado a 25 de outubro de 2020].
- Waltz, K., 1979. *Theory of International Politics*. Illinois: Waveland Press, Inc.
- Zeniewski, P., 2019. A long-term view of natural gas security in the European Union. [em linha] Disponível em: <<https://www.iea.org/commentaries/a-long-term-view-of-natural-gas-security-in-the-european-union>> [consultado a 25 de outubro de 2020].